

JULHO

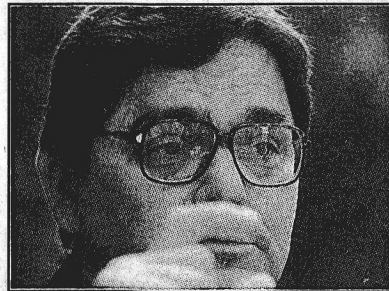
■ 21 — O Imposto sobre Movimentação Financeira (IPMF) é aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Itamar Franco.

■ 28 — O governo envia ao Congresso Medida Provisória que estabelece o reajuste mensal dos salários pela inflação do mês anterior menos 10 pontos.

O governo corta três zeros do cruzeiro e muda o nome da moeda para cruzeiro real. A mudança provoca muita confusão por causa dos cheques pré-datados.

AGOSTO

■ 13 — O governo decide aceitar por 120 dias os cheques em cruzeiros com data até 31 de julho. A confusão com os cheques e os juros altos



Paulo Ximenes: demitido do BC

Célio Jr./AE

levam Itamar a demitir o presidente do BC, Paulo César Ximenes.

■ 20 — A Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) é vendida em tumultuado leilão na Bolsa de Valores de São Paulo.

■ 26 — O IPMF entra em vigor sob uma saraivada de ações de inconstitucionalidade na Justiça.

SETEMBRO

■ 15 — A cobrança do IPMF é suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), até 31 de dezembro.

OUTUBRO

■ 21 — Itamar aprova mudanças no programa de privatização. O capital estrangeiro pode ter participação de 100% nos leilões.

NOVEMBRO

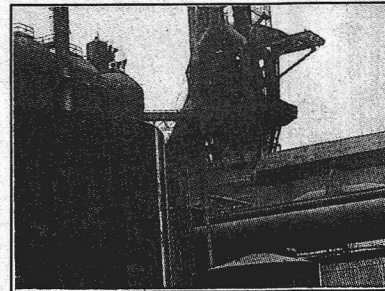
■ 12 — O governo decide aumentar em 5%, em média, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF) e das retiradas antecipadas dos CDBs.

DEZEMBRO

■ 7 — Cardoso anuncia o Plano FHC2 que prevê corte de US\$ 22 bilhões no orçamento de 1994, bloqueio de 15%

31 DEZ 1993

Edison Alonso/AE



Cosipa: privatizada em agosto

dos repasses da arrecadação federal a Estados e municípios, e aumento de 5% dos impostos federais. Em fase posterior, propõe a criação de um indexador diário voluntário, que acompa-

nhará a variação cambial — a Unidade Real de Valor (URV), que deverá ser transformada em moeda, com outro nome, quando a inflação for controlada. As medidas dependem de aprovação do Congresso.

■ 20 — A Receita Federal inicia arastão fiscal para autuar quem não emite nota fiscal.

■ 24 — Cardoso admite rever aumento de 5% dos impostos federais.

■ 31 — Dia D para o governo aumentar os impostos por Medida Provisória, para que possam entrar em vigor em 1994.